DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Boletim do Município de Barra do Piraí - Poderes Executivo e Legislativo | Ano 22 | Nº 118 | 03 de Julho de 2026



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ

Prefeita
Katia Cristina Miki da Silva

Vice-prefeito
Cristiano Gama de Almeida

Secretário Municipal de Governo
Eurico Pinheiro Bernardes Neto

Procurador Geral do Município
Marcelo Basbus Mourão

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos
Matheus da Silva Pedroza - Interino

Secretário Municipal de Comunicação
Hugo Marques Ribeiro

Secretária Municipal de Fazenda
Viviany Taranto

Secretário Municipal de Planejamento Econômico, Contabilidade e Coordenação
Marcelo Moreira Pessoa

Secretária Municipal de Assistência Social
Marina Viola Tinoco

Secretária Municipal de Obras Públicas
Maria Ilma de Andrade Silva

Secretário Municipal de Água e Esgoto
Carlos Afonso Miranda Marques

Secretário Municipal de Serviços Públicos
Roger Luís Gama Xavier Machado

Secretário Municipal de Saúde
Cristiano Gama de Almeida

Secretário Municipal de Educação
Flavio Cautiero Horta Jardim Junior - Interino

Secretário Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Econômico
Paulo Rogério de Oliveira Ganem

Secretário Municipal de Turismo
Tadeu Augusto Souto Oliveira

Secretário Municipal de Cultura, Audiovisual e Economia Criativa
Gabriel Ferreira Barbosa

Consultor Legislativo
Heitor Favieri Neto

Secretário Municipal de Esporte e Lazer
Anderson Ribeiro Pereira

Secretária Municipal do Ambiente e Sustentabilidade
Maria Ilma de Andrade Silva - interina

Secretário Municipal de Agricultura
Eduardo Groetaers Gouvêa

Secretário Municipal de Segurança, Mobilidade Urbana e Ordem Pública
Tadeu Augusto Souto Oliveira - interino

Secretário Municipal de Defesa Civil
Rafael Edgard Champion Barreto

Secretária Municipal da Mulher
Daniella Maria de Oliveira

Secretária Municipal do Bem Estar Animal
Luciene Maria dos Santos

Secretário Especial de Inovação e Tecnologia da Informação
Matheus da Silva Pedroza

Secretário Municipal do Complexo da Califórnia e São José do Turvo
Gabriel Carvalho da Cunha

Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano
Leandro Sardinha Oliveira de Almeida

Diretor do Fundo de Previdência
José Ricardo de Medeiros Leite

Controlador Geral do Município
Bernard Gama Botelho

Comandante da Guarda Municipal
Alessandro Damázio

PODER LEGISLATIVO
Mesa Diretora

Rafael Santos Couto
Presidente

Pedro Fernando de Souza Alves
1° Secretário

Luiz Felippe de Paula Pinto
2° Secretário

Vereadores
Elves Costa dos Santos

Jeordane da Silva Gomes Perino

João Paulo Mariano Novaes

José Mauro da Silva Nascimento

Luciana de Oliveira Maciel de Almeida

Macrei Júnior de Andrade

Thiago Felipe Ponciano Soares

Wanderson Luiz Barbosa Lemos

SUMÁRIO

Secretaria Municipal de Governo.....04
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.....22
Secretaria Municipal de Fazenda.....24



ATOS DO PODER EXECUTIVO

GOVERNO

PREFEITURA BARRA DO PIRAÍ
ORGULHO DE SER BARRENSE | Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 1162 DE 03 DE JULHO 2026.

EMENTA: "**ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** no valor de *R$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)* para reforço de saldo de dotações consignadas no Orçamento Programa em vigor e dá outras correlatas providências".

CRISTIANO GAMA DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em especial o artigo 4°, da Lei Municipal nº 4.237 de 29 de dezembro de 2025 – Lei Orçamentária,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** no valor de *R$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)*, para reforço da seguinte dotação, a saber:

Ficha Número	Recurso Fonte de Recurso	Elemento de Despesa Conta	Valor em R$
01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI			
01.20 - Executivo			
01.20.13 - Secretaria de Serviços Públicos			
04.452.1011.2033 - Desenvolvimento da Política de Serviços Urbanos			
423	1705 - TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS - RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	450.000,00
		TOTAL	**450.000,00**

Art. 2º. Para permitir a abertura do Crédito Adicional Suplementar, mencionado no artigo anterior, serão utilizadas como fonte de recurso as anulações parciais e na forma que prevê o artigo 43 e seus parágrafos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ANULAÇÃO

Ficha Número	Recurso Fonte de Recurso	Elemento de Despesa Conta	Valor em R$
01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI			
01.20 - Executivo			
01.20.11 - Secretaria de Educação			
12.361.1006.1100 - CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO			
226	1705 - TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS - RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	450.000,00
		TOTAL	**450.000,00**

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Barra do Piraí (RJ), 03 de julho de 2026.

CRISTIANO GAMA DE ALMEIDA
Prefeito Municipal em Exercício

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

LEI COMPLEMENTAR Nº037 DE 03 DE JUNHO DE 2026.

EMENTA: ACRESCENTA OS ARTIGOS 142-A E 142-B À LEI COMPLEMENTAR Nº 001, DE 22 DE MARÇO DE 2010 – CÓDIGO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ, DISPONDO SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE PODA E MANUTENÇÃO DE PLANTAS ESPINHOSAS QUE AVANCEM SOBRE CALÇADAS, VIAS PÚBLICAS E ESTRADAS RURAIS, VISANDO À SEGURANÇA E LIVRE CIRCULAÇÃO DE PEDESTRES E VEÍCULOS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, APROVA E A REPRESENTANTE LEGAL DO PODER EXECUTIVO SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Ficam acrescidos os Artigos 142-A e 142-B ao Capítulo XIII – Da Limpeza dos Terrenos, da Lei Complementar nº 001, de 22 de março de 2010 – Código Administrativo do Município de Barra do Piraí, com a seguinte redação:

Artigo 142-A. Os proprietários, possuidores ou responsáveis por imóveis urbanos e rurais deverão manter devidamente podadas, aparadas ou removidas as plantas espinhosas, cercas vivas, arbustos, árvores ou vegetações similares que avancem ou estejam ao alcance de:

I. calçadas, passeios públicos e vias de circulação de pedestres nas áreas urbanas;

II. estradas, caminhos municipais, acostamentos e vias de circulação nas áreas rurais.

§ 1º. A vegetação de que trata o caput deste artigo não poderá oferecer risco à integridade física de pedestres, ciclistas, motociclistas, motoristas ou demais transeuntes.

§ 2º. A poda deverá ser realizada de forma a garantir a livre circulação e a segurança dos usuários das vias públicas."

Artigo 142-B. Verificada a irregularidade prevista no artigo anterior, o responsável pelo imóvel será notificado pelo órgão competente para promover a poda, contenção ou remoção da vegetação no prazo de 15 (quinze) dias, ressalvados os casos de urgência. § 1º O não atendimento da notificação implicará:

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

I. aplicação das penalidades cabíveis previstas neste Código;

II. execução do serviço pelo Município, correndo as despesas por conta do proprietário ou responsável pelo imóvel, sem prejuízo da aplicação de multa.

§ 2º. Em caso de risco iminente à segurança pública, o Município poderá executar imediatamente os serviços necessários, independentemente de prévia autorização do responsável.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Barra do Piraí, 03 de junho de 2026.

CRISTIANO GAMA DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 004/2026
AUTOR: THIAGO SOARES

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

LEI MUNICIPAL Nº 4375 DE 02 DE JULHO DE 2026.

EMENTA: AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 1.520.000,00 (UM MILHÃO, QUINHENTOS E VINTE MIL REAIS), DESTINADO AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE NO MUNICÍPIO, PARA ESTRUTURAÇÃO POR MEIO DE EMENDA DE COMISSÃO PARLAMENTAR.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI APROVA E EU SANCIONO A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, no valor de R$1.520.000,00 (um milhão quinhentos e vinte mil reais), para criação a seguinte despesa à saber:

Codificação	Discriminação da Despesa	Valor em R$
06	Fundo Municipal de Saúde de Barra do Pirai	
06.30.04	Fundo Municipal de Saúde de Barra do Pirai	
06.30.04.10.302.0020.8.025	Incremento ao Custeio de Serviços de Atenção Especializada à Saúde – EMENDA 50410001	
3.3.90.30.00.006.0022.16313130	Material de Consumo	500.000,00
3.3.90.39.00.006.0022.16313130	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.020.000,00
	TOTAL	**1. 520.000,00**

Art. 2º. Os recursos necessários à execução do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º desta Lei são provenientes de transferência da União ao Fundo Municipal de Saúde de Barra do Piraí, oriunda de Emenda de Comissão Parlamentar, autorizada pela Portaria GM/MS nº 10.352, de 17 de março de 2026, e pela Portaria GM/MS nº 11.225, de 13 de maio de 2026, vinculadas à Proposta nº 36000799829202600, destinada ao incremento temporário do custeio dos serviços e de outras ações de Média e Alta Complexidade (MAC), tendo sido os respectivos recursos creditados na conta nº 568774961-2 – EMENDAS, de titularidade do Fundo Municipal de Saúde de Barra do Piraí, junto à Caixa Econômica Federal, conforme comprovantes em anexo.

Parágrafo único. A abertura do crédito de que trata esta Lei dar-se-á na forma do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra do Piraí, 02 de julho de 2026.

CRISTIANO GAMA DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

MENSAGEM Nº 58/2026
PROJETO DE LEI Nº 154/2026
AUTOR: PODER EXECUTIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ

ANEXO I

Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Fundo Nacional de Saúde

quarta-feira, 06 de maio de 2026

PROPOSTA DE INCREMENTO MAC

N° da Proposta	Ano
36000799829202600	2026

CNPJ 01606604000149
Beneficiário FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO PIRAI
Esfera Administrativa 03

Tipo de Beneficiário
FUNDO PUBLICO DA ADMINISTRACAO DIRETA MUNICIPAL

Dirigente
Responsável Legal não cadastrado

CPF do Dirigente
Responsável Legal não

População	Telefone	Município	CEP
98.506		BARRA DO PIRAÍ	27.130-430

Endereço
MOREIRA DOS SANTOS, CENTRO

E-mail

RECURSO DA PROPOSTA

Recurso
EMENDA PARLAMENTAR

Objeto
INCREMENTO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)

Composição	Número	Valor
EMENDA	50410001	1.520.000,00

Estabelecimentos Beneficiados - CNES

Estabelecimento	CNES	Valor
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	6403638	R$ 1.520.000,00

Valor da Proposta: R$ ***1.520.000,00***

DADOS DO(S) PLANO(S) DE TRABALHO(S)

Unidade Beneficiada	Valor
SMS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	1.520.000,00

Programa
CUSTEIO DE SERVIÇOS DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

AÇÕES E SERVIÇOS

OUTRAS AÇÕES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

	Valor
Média Complexidade	1.064.000,00

PROGRAMA AGORA TEM ESPECIALISTA - COMPONENTE CIRÚRGICO

	Valor
Outras Cirurgias - Baixa Complexidade	228.000,00
Outras Cirurgias - Média Complexidade	228.000,00

Justificativa

A presente solicitação tem por finalidade o custeio e a manutenção dos serviços da rede de Média e Alta Complexidade (MAC), bem como o fortalecimento das ações da Atenção Primária à Saúde e do Programa Agora Tem Especialistas ¿ Componente Cirúrgico, no âmbito do município de Barra do Piraí. Segundo estimativa do IBGE, o município possui aproximadamente 92.883 habitantes, sendo que parcela significativa dessa população é dependente exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS). Atualmente, o município já aplica percentual superior ao mínimo constitucional em ações e serviços públicos de saúde; contudo, mesmo com o recebimento regular de recursos MAC do Ministério da Saúde e eventuais complementações estaduais, verifica-se a necessidade de ampliação do financiamento para assegurar a adequada operacionalização da rede municipal.

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

A rede de atenção à saúde de Barra do Piraí encontra-se estruturada nos diferentes níveis de atenção, com destaque para a Atenção Primária como ordenadora do cuidado e a Atenção Especializada responsável pela realização de consultas, exames e procedimentos. Nesse contexto, observa-se elevada demanda por cirurgias eletivas de baixa e média complexidade, tais como hernioplastias, colecistectomias, postectomias, entre outras, o que tem gerado significativa demanda reprimida e, em muitos casos, agravamento do quadro clínico dos pacientes em virtude da demora no acesso ao procedimento cirúrgico.

Adicionalmente, destaca-se que a insuficiência da oferta local de serviços especializados e diagnósticos impacta diretamente na resolutividade da Atenção Primária, ocasionando aumento de encaminhamentos, sobrecarga dos serviços de referência e maior utilização do Tratamento Fora de Domicílio (TFD), o que eleva os custos e compromete a eficiência da gestão.

Dessa forma, o aporte de recursos por meio da presente emenda se faz imprescindível para o fortalecimento da rede assistencial, possibilitando a ampliação da oferta de consultas, exames e procedimentos cirúrgicos, especialmente no âmbito do Programa Agora Tem Especialistas. Ressalta-se que o investimento contribuirá diretamente para a redução das filas de espera para cirurgias eletivas, melhoria do acesso da população aos serviços de saúde, qualificação da assistência prestada e maior resolutividade do sistema, garantindo, assim, a integralidade do cuidado aos usuários do SUS no município de Barra do Piraí.

RELAÇÃO DE NATUREZAS DESPESAS

Nome	Valor
MATERIAL DE CONSUMO	500.000,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.020.000,00

ANEXO II

15/05/2026, 09:56 PORTARIA GM/MS Nº 11.225, DE 13 DE MAIO DE 2026 - PORTARIA GM/MS Nº 11.225, DE 13 DE MAIO DE 2026 - DOU - Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 15/05/2026 | Edição: 90 | Seção: 1 | Página: 146

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA GM/MS Nº 11.225, DE 13 DE MAIO DE 2026

Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em observância a Lei nº 15.346, de 14 de janeiro de 2026, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os Estados, o Distrito Federal e os Municípios descritos no anexo desta Portaria a receberem recursos financeiros referentes ao incremento temporário para o custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 2º Os recursos financeiros tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam esta portaria serão processadas no InvestSUS, disponível no portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos financeiros estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos pela Secretaria Finalística, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG, aprovado pelo respectivo Conselho local de saúde, nos termos dos artigos 34 a 36 da Lei Complementar nº 141, de 14 de janeiro de 2012.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Entes federados autorizados a receberem recursos financeiros federais de emendas destinados ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

RJ	BARRA DO PIRAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO PIRAI	36000799829202600	1.520.000,00	50410001 50410001	456.000,00 1.064.000,00	1030 1030

ANEXO III

Detalhar Pagamento

De acordo com o Manual de Ordem Bancária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os valores repassados serão creditados em no máximo dois dias úteis após a data de emissão da Ordem Bancária para correntistas do Banco do Brasil. Para os demais bancos o prazo é de no máximo três dias úteis.

Ano
2026

Tipo de consulta
Fundo a Fundo

Entidade
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO PIRAI

CPF/CNPJ
01.606.604/0001-49

Grupo
ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Ação
INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA CUMPRIMENTO DAS METAS - NACIONAL

Ação Detalhada
EMENDA - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

UF
RJ

Município
BARRA DO PIRAI

Código IBGE
330030

População
98.506 habitantes

Ano Censo
2025

Prefeito(a)
SIOPS Indisponível.

Data Inicial Gestão
-

Secretário(a)
SIOPS Indisponível.

Presidente Conselho
SIOPS INDISPONÍVEL.

Proposta
36000799829202600

Comp. /Parcela	Nº OB	Data OB	Tipo Repasse	Banco OB	Agência OB	Conta OB	Valor Total	Valor Desconto	Valor Liquido	Motivo	P
Única em 2026	040066	28/05/2026	MUNICIPAL	104	001775	5687749612	1.064.000,00	0.00	1.064.000,00		2
Única em 2026	040071	28/05/2026	MUNICIPAL	104	001775	5687749612	456.000,00	0.00	456.000,00		2
						Total	1.520.000,00	0.00	1.520.000,00		

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

ANEXO IV



12/06/2026 15:05 extrato_pdf

GERENCIADOR CAIXA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BP
CNPJ: 01.606.604/0001-49
Agência: 00177 Conta: 000568774961-2

12/06/2026 15:05:21

Saldo anterior ao período solicitado R$ 0,00 C

Extrato no período de 01/05/2026 à 31/05/2026

Data Data Efetiva	Documento	Histórico	Valor	Saldo
29/05/2026 29/05 07:30	000001	RECEBIMENTO TED DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC DE SAU 00.530.493/0001-71	R$ 1.064.000,00	R$ 1.064.000,00 C
29/05/2026 29/05 07:30	000001	RECEBIMENTO TED DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC DE SAU 00.530.493/0001-71	R$ 456.000,00	R$ 1.520.000,00 C
29/05/2026 30/05 02:34	000000	APLIC AUTOMATICA FUNDO	- R$ 1.520.000,00	R$ 0,00 C
29/05/2026		SALDO DIA		R$ 0,00 C

SAC CAIXA
0800 726 0101

Ouvidoria
0800 725 7474

Pessoas com deficiência auditiva
0800 726 2492

Alô CAIXA
0800 104 0104

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

LEI MUNICIPAL Nº 4376 DE JULHO DE 2026.

EMENTA: "AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 2.800.000,00 (DOIS MILHÕES E OITOCENTOS MIL REAIS), DESTINADO A INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE, PROVENIENTE DE EMENDA DE BANCADA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, INSERIDA NO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO, NO ÂMBITO DO CONGRESSO NACIONAL, POR DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO."

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI APROVA E EU SANCIONO A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir **CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL** no valor de R$2.800.000,00 (Dois milhões e oitocentos mil reais), para criação e reforço da seguinte dotação, a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

Codificação	Discriminação da Despesa	Valor em R$
06	Fundo Municipal de Saúde	
06.30	Fundo Municipal de Saúde	
06.30.04.10.302.0020.8.024	Incremento de Custeio de Sv da Atenção Especializada de Saúde – EMENDA 71200003	
3.3.90.39.00.006.0022.16313120	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.800.000,00
	TOTAL	**2.800.000,00**

Art. 2º. O crédito adicional especial de que trata esta Lei será coberto com recursos provenientes da Portaria GM/MS nº 10.963, de 27 de abril de 2026, vinculada à Proposta nº 36000792526202600, destinados ao incremento do custeio de ações e serviços de Média e Alta Complexidade, bem como de urgência e emergência no âmbito do Pronto Atendimento.

Parágrafo único. Os recursos foram creditados em 21 de maio de 2026 na conta nº 569001324-9 – EMENDAS, mantida junto à Caixa Econômica Federal, de titularidade do Fundo Municipal de Saúde de Barra do Piraí, conforme documentação comprobatória anexa.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra do Piraí (RJ), 02 de julho de 2026.

CRISTIANO GAMA DE ALMEIDA
Prefeito Municipal em Exercício

MENSAGEM Nº 58/2026
PROJETO DE LEI Nº 153/2026
AUTOR: PODER EXECUTIVO

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

ANEXO I

Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Fundo Nacional de Saúde

quarta-feira, 01 de abril de 2026

PROPOSTA DE INCREMENTO MAC

Nº da Proposta	Ano
36000788801202600	2026

CNPJ	Beneficiário	Esfera Administrativa
01606604000149	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO PIRAI	03

Tipo de Beneficiário
FUNDO PUBLICO DA ADMINISTRACAO DIRETA MUNICIPAL

Dirigente	CPF do Dirigente
Responsável Legal não cadastrado	Responsável Legal não

População	Telefone	Município	CEP
98.506		BARRA DO PIRAÍ	27.130-430

Endereço
MOREIRA DOS SANTOS, CENTRO

E-mail

RECURSO DA PROPOSTA

Recurso
EMENDA PARLAMENTAR

Objeto
INCREMENTO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)

Composição	Número	Valor
EMENDA	71200003	2.800.000,00

Estabelecimentos Beneficiados - CNES

Estabelecimento	CNES	Valor
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	6403638	R$ 2.800.000,00

Valor da Proposta: R$ ***2.800.000,00***

DADOS DO(S) PLANO(S) DE TRABALHO(S)

Unidade Beneficiada	Valor
SMS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	2.800.000,00

Programa
CUSTEIO DE SERVIÇOS DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

AÇÕES E SERVIÇOS

OUTRAS AÇÕES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

	Valor
Média Complexidade	1.959.000,00

URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

	Valor
Pronto Atendimento	841.000,00

Justificativa

A presente proposta tem como objetivo o fortalecimento da assistência hospitalar no município, por meio da destinação de recursos para custeio e manutenção do Hospital Casa de Caridade Santa Rita, cnes 2287919, unidade essencial na rede de atenção à saúde e referência para atendimentos de média complexidade.

Do montante total, R$ 1.960.000,00 serão destinados à realização de pequenos reparos na estrutura física da unidade, visando garantir condições adequadas de funcionamento, segurança sanitária e melhor ambiência para usuários e profissionais de saúde. Tais intervenções são necessárias diante do desgaste natural da edificação, contribuindo para a continuidade e qualidade dos serviços prestados.

Adicionalmente, R$ 840.000,00 serão destinados ao custeio da manutenção dos serviços de urgência e emergência, por meio da contratação de equipe assistencial via pessoa jurídica, bem como para a aquisição de insumos

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

indispensáveis ao atendimento. Esta medida visa assegurar a continuidade, resolutividade e qualidade da assistência prestada à população, especialmente diante da elevada demanda por atendimentos agudos.

A iniciativa justifica-se pela necessidade de garantir o pleno funcionamento da unidade hospitalar, ampliando a capacidade de resposta da rede municipal de saúde e contribuindo para a melhoria do acesso, da qualidade e da integralidade do cuidado.

Metas quantitativas:
¿ Realizar 100% dos pequenos reparos estruturais planejados durante o período de execução da emenda;
¿ Manter em funcionamento ininterrupto (24h/dia) os serviços de urgência e emergência durante toda a vigência do recurso;
¿ Garantir a cobertura de 100% das escalas da equipe assistencial contratada;

Metas qualitativas:
¿ Garantir a melhoria das condições estruturais do Hospital Casa de Caridade Santa Rita, promovendo maior segurança, conforto e adequação sanitária para usuários e profissionais;
¿ Assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços de urgência e emergência, com ampliação da resolutividade do atendimento;
¿ Reduzir o tempo de espera e melhorar o fluxo assistencial na unidade hospitalar;

RELAÇÃO DE NATUREZAS DESPESAS

Nome	Valor
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.800.000,00

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

ANEXO II

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Publicado em: 28/04/2026 | Edição: 78 | Seção: 1 | Página: 117
Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA GM/MS Nº 10.963, DE 27 DE ABRIL DE 2026

Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em observância a Lei nº 15.346, de 14 de janeiro de 2026, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os Estados, o Distrito Federal e os Municípios descritos no anexo desta Portaria a receberem recursos financeiros referentes ao incremento temporário para o custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 2º Os recursos financeiros tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam esta portaria serão processadas no investSUS, disponível no portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos financeiros estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos pela Secretaria Finalística, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG, aprovado pelo respectivo Conselho local de saúde, nos termos dos artigos 34 a 36 da Lei Complementar nº 141, de 14 de janeiro de 2012.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Entes federados autorizados a receberem recursos financeiros federais de emendas destinados ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

RJ	BARRA DO PIRAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO PIRAI	36000792526202600	2.800.000,00	71200003	2.800.000

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

ANEXO III

Detalhar Pagamento

De acordo com o Manual de Ordem Bancária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os valores repassados serão creditados em no máximo dois dias úteis após a data de emissão da Ordem Bancária para correntistas do Banco do Brasil. Para os demais bancos o prazo é de no máximo três dias úteis.

Ano 2026	**Tipo de consulta** Fundo a Fundo	**Entidade** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO PIRAI
CPF/CNPJ 01.606.604/0001-49	**Grupo** ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	**Ação** INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA CUMPRIMENTO DAS METAS - NACIONAL
Ação Detalhada EMENDA - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	**UF** RJ	**Município** BARRA DO PIRAI
	Código IBGE 330030	**População** 98.506 habitantes
Ano Censo 2025	**Prefeito(a)** SIOPS Indisponível.	**Data Inicial Gestão** -
Secretário(a) SIOPS Indisponível.	**Presidente Conselho** SIOPS INDISPONÍVEL.	**Proposta** 36000792526202600

Comp. /Parcela	Nº OB	Data OB	Tipo Repasse	Banco OB	Agência OB	Conta OB	Valor Total	Valor Desconto	Valor Liquido	Motivo	P
Única em 2026	033507	21/05/2026	MUNICIPAL	104	001775	5690013249	2.800.000,00	0,00	2.800.000,00		2
						Total	2.800.000,00	0,00	2.800.000,00		

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

ANEXO IV



26/05/2026 13:46 extrato_pdf

GERENCIADOR CAIXA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BP
CNPJ: 01.606.604/0001-49
Agência: 00177 Conta: 000569001324-9

26/05/2026 13:46:46

Saldo anterior ao período solicitado R$ 0,00 C

Extrato no período de 01/05/2026 à 26/05/2026

Data Data Efetiva	Documento	Histórico	Valor	Saldo
22/05/2026 22/05 07:31	000001	RECEBIMENTO TED DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC DE SAU 00.530.493/0001-71	R$ 2.800.000,00	R$ 2.800.000,00 C
22/05/2026 23/05 02:14	000000	APLIC AUTOMATICA FUNDO	- R$ 2.800.000,00	R$ 0,00 C
22/05/2026		SALDO DIA		R$ 0,00 C

SAC CAIXA
0800 726 0101

Ouvidoria
0800 725 7474

Pessoas com deficiência auditiva
0800 726 2492

Alô CAIXA
0800 104 0104

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

LEI MUNICIPAL Nº 4377 DE 02 DE JULHO 2026.

EMENTA: "AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE, NO VALOR DE R$ 5.439.929,37 (CINCO MILHÕES, QUATROCENTOS E TRINTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E VINTE E NOVE REAIS E TRINTA E SETE CENTAVOS), DESTINADO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, COM RECURSOS PROVENIENTES DE TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, AUTORIZADA PELA RESOLUÇÃO SES Nº 4.024, DE 02 DE JUNHO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI APROVA E EU SANCIONO A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, no valor de R$5.439.929,37(Cinco milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, novecentos e vinte e nove reais e trinta e sete centavos), para criação a seguinte despesa à saber:

Codificação	Discriminação da Despesa	Valor em R$
06	Fundo Municipal de Saúde de Barra do Pirai	
06.30.04	Fundo Municipal de Saúde de Barra do Pirai	
06.30.04.10.301.0020.8.026	Financiamento para Realização de Ações e Sv de Saúde – DELIB. SES Nº 4.024	
4.4.90.51.00.006.0027.16210000	Obras e Instalações	3.510.429,37
4.4.90.52.00.006.0027.16210000	Equipamentos e Materiais Permanentes	200.000,00
06.30.04.10.302.0020.8.033	Financiamento para Realização de Ações e Sv de Saúde – DELIB. SES Nº 4.024	
3.3.90.39.00.006.0028.16210000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.729.500,00
	TOTAL	**5.439.929,37**

Art. 2º. Para a cobertura do Crédito Adicional Especial autorizado por esta Lei, será utilizado como fonte de recurso o excesso de arrecadação decorrente da transferência financeira do Estado do Rio de Janeiro, autorizada pela Resolução SES nº 4.024, de 02 de junho de 2026, destinada ao fortalecimento das ações e serviços públicos de saúde, cujos repasses ocorrerão em parcelas mensais, no período de junho a dezembro de 2026, tendo sido iniciado em 12 de junho de 2026, conforme documentação comprobatória em anexo, observando-se o disposto no art. 43, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra do Piraí (RJ), 02 de julho de 2026.

CRISTIANO GAMA DE ALMEIDA
Prefeito Municipal em Exercício

MENSAGEM Nº 60/2026
PROJETO DE LEI Nº 155/2026
AUTOR: PODER EXECUTIVO

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

ANEXO I

26 ANO LII - Nº 098 - PARTE I
QUARTA-FEIRA - 3 DE JUNHO DE 2026
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Estado de Saúde

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SES Nº 4024 DE 02 DE JUNHO DE 2026

INSTITUI O PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS PARA REALIZAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E FIXA SUAS DIRETRIZES, PARA O ANO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo nº SEI-080001/016745/2026, e

CONSIDERANDO:

- a Seção II, Capítulo II, do Título VIII da Constituição Federal, que dispõe sobre o Sistema Único de Saúde - SUS;

- a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenti
documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Quarta-feira, 03 de Junho de 2026 às 03:58:30 -03

Art. 5º - O repasse financeiro de que trata a presente Resolução terá o montante de R$ 92.815.078,48 (noventa e dois milhões, oitocentos e quinze mil, setenta e oito reais e quarenta e oito centavos) mensais, totalizando o valor de R$ 649.705.549,33 (seiscentos e quarenta e nove milhões, setecentos e cinco mil, quinhentos e quarenta e nove reais e trinta e três centavos).

§ 1º - O valor do apoio financeiro para cada município foi calculado considerando ~~70% do RAP~~ e se encontra no ~~Anexo I~~ desta Resolução.

§ 2º - O valor total do apoio financeiro se refere a 07 (sete) meses, de junho a dezembro de 2026, em parcelas mensais.

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ

ANEXO I

REG	MUNICIPIO	PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (PAP) ANO 2026	PAP 70% do valor	PAP 70% ano 2026 (valor Junho à Dezembro/2026)	PAP 70% Valor Mensal 2026
BIG	ANGRA DOS REIS	R$ 29.203.661,00	R$ 20.442.576,70	R$ 11.924.836,41	R$ 1.703.548,06
BIG	MANGARATIBA	R$ 7.687.548,00	R$ 5.381.283,60	R$ 3.139.082,10	R$ 448.440,30
BIG	PARATY	R$ 6.608.280,00	R$ 4.625.796,00	R$ 2.698.547,67	R$ 385.649,67
BL	ARARUAMA	R$ 13.342.286,00	R$ 9.339.579,20	R$ 5.448.087,87	R$ 778.298,27
BL	ARMACAO DOS BUZIOS	R$ 11.730.659,00	R$ 8.211.461,30	R$ 4.790.019,09	R$ 684.288,44
BL	ARRAIAL DO CABO	R$ 5.622.139,00	R$ 3.935.491,00	R$ 2.295.703,08	R$ 327.957,58
BL	CABO FRIO	R$ 24.736.635,00	R$ 17.315.644,50	R$ 10.100.792,63	R$ 1.442.970,38
BL	CASIMIRO DE ABREU	R$ 8.198.310,00	R$ 5.738.817,00	R$ 3.347.643,25	R$ 478.234,75
BL	IGUABA GRANDE	R$ 8.207.317,00	R$ 5.745.121,90	R$ 3.351.321,11	R$ 478.760,16
BL	RIO DAS OSTRAS	R$ 15.570.490,00	R$ 10.899.343,00	R$ 6.357.950,08	R$ 908.278,58
BL	SAO PEDRO DA ALDEIA	R$ 16.253.562,00	R$ 11.377.493,40	R$ 6.636.871,15	R$ 948.124,45
BL	SAQUAREMA	R$ 9.685.205,00	R$ 6.779.643,50	R$ 3.954.792,04	R$ 564.970,29
CS	AREAL	R$ 5.311.844,00	R$ 3.718.290,80	R$ 2.169.002,97	R$ 309.857,57
CS	COMENDADOR LEVY GASPARIAN	R$ 5.009.464,00	R$ 3.506.624,80	R$ 2.045.531,13	R$ 292.218,73
CS	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	R$ 3.875.478,00	R$ 2.712.834,60	R$ 1.582.486,85	R$ 226.069,55
CS	MENDES	R$ 5.178.500,00	R$ 3.624.950,00	R$ 2.114.554,17	R$ 302.079,17
CS	MIGUEL PEREIRA	R$ 6.904.780,00	R$ 4.833.356,10	R$ 2.819.457,14	R$ 402.779,59
CS	PARACAMBI	R$ 8.671.893,00	R$ 6.070.325,10	R$ 3.541.022,98	R$ 505.860,43
CS	PARAIBA DO SUL	R$ 16.420.905,00	R$ 11.494.633,50	R$ 6.705.202,88	R$ 957.886,13
CS	PATY DO ALFERES	R$ 9.213.251,00	R$ 6.449.275,70	R$ 3.762.077,49	R$ 537.439,64
CS	SAPUCAIA	R$ 5.227.621,00	R$ 3.659.334,70	R$ 2.134.611,91	R$ 304.944,56
CS	TRES RIOS	R$ 18.641.412,00	R$ 13.051.088,40	R$ 7.613.134,90	R$ 1.087.590,70
CS	VASSOURAS	R$ 9.474.685,00	R$ 6.632.279,50	R$ 3.868.829,71	R$ 552.689,96
MI	BELFORD ROXO	R$ 65.757.153,00	R$ 46.151.007,10	R$ 28.089.087,48	R$ 4.012.583,93
MI	DUQUE DE CAXIAS	R$ 79.350.906,00	R$ 55.545.634,20	R$ 32.401.619,95	R$ 4.628.802,85
MI	ITAGUAI	R$ 25.551.549,00	R$ 17.886.084,30	R$ 10.434.896,68	R$ 1.490.699,53
MI	JAPERI	R$ 25.057.613,00	R$ 17.540.329,10	R$ 10.231.858,64	R$ 1.461.694,09
MI	MAGE	R$ 52.559.249,00	R$ 36.791.474,30	R$ 21.461.693,34	R$ 3.065.956,19
MI	MESQUITA	R$ 54.959.340,00	R$ 38.471.638,00	R$ 22.441.730,60	R$ 3.205.961,50
MI	NILOPOLIS	R$ 29.385.198,00	R$ 20.569.638,60	R$ 11.998.955,85	R$ 1.714.136,55
MI	NOVA IGUACU	R$ 86.649.170,00	R$ 60.654.419,00	R$ 35.381.744,42	R$ 5.054.534,92
MI	QUEIMADOS	R$ 10.278.941,00	R$ 7.195.258,70	R$ 4.197.234,24	R$ 599.604,89
MI	SAO JOAO DE MERITI	R$ 58.444.331,00	R$ 40.911.031,70	R$ 23.864.766,49	R$ 3.409.252,64
MI	SEROPEDICA	R$ 18.527.993,00	R$ 12.969.969,30	R$ 7.565.232,09	R$ 1.080.747,44
MII	ITABORAI	R$ 37.002.551,00	R$ 25.901.785,70	R$ 15.109.374,99	R$ 2.158.482,14
MII	MARICA	R$ 37.896.826,00	R$ 26.527.778,20	R$ 15.474.537,28	R$ 2.210.648,18
MII	NITEROI	R$ 50.998.840,00	R$ 35.699.188,00	R$ 20.824.526,33	R$ 2.974.932,33
MII	RIO BONITO	R$ 12.162.962,00	R$ 8.514.073,40	R$ 4.966.542,82	R$ 709.506,12
MII	SAO GONCALO	R$ 170.066.861,00	R$ 119.046.802,70	R$ 69.443.968,24	R$ 9.920.566,89
MII	SILVA JARDIM	R$ 7.489.531,00	R$ 5.242.671,70	R$ 3.058.225,16	R$ 436.889,31
MII	TANGUA	R$ 12.277.787,00	R$ 8.594.450,90	R$ 5.013.429,69	R$ 716.204,24
MP	BARRA DO PIRAI	R$ 13.322.276,00	R$ 9.325.593,20	R$ 5.439.929,37	R$ 777.132,77
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

ANEXO II

Proposta inicial para usos do recurso referente ao Programa de apoio financeiro aos municipios - Resolução SES Nº 4024 de 02 de junho de 2026

Tipo de serviço	Valor
Custeio – Hospital Santa Casa (divida)	60.000,00
Investimento – Hospital Santa Casa (servidor)	50.000,00
Custeio – Hospital Santa Casa (13º)	865.800,00
Custeio – Hospital Maria de Nazaré (13º)	453.700,00
Custeio – Hospital Cruz Vermelha (13º)	300.000,00
total	1.729.500,00

Tipo de serviço	Valor
Investimento – obra do pq santana	1.040.000,00
Investimento - obras Unidades de saude	2.470.429,37
Investimento – Aquisição de mobiliarios e equipamentos	200.000,00
total	3.710.429,37

Recurso será de R$ 5.439.929,37, dividido em parcelas de R$777.132,77 (já recebemos a primeira parcela em junho/26, portanto irá até dez/26)

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

ANEXO III

bradesco net empresa

Extrato (Últimos Lançamentos)

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO PIRAI | CNPJ: 001.606.604/0001-49
Nome do usuário: ROSELIA ZACARIAS DA VEIGA
Data da operação: 12/06/2026 - 11h42

Agência | Conta	Total Disponível (R$)	Total (R$)
00555 | 0054925-8	777.132,77	777.132,77

Extrato de: Ag: 00555 | CC: 0054925-8

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R$)	Débito (R$)	Saldo (R$)
12/06/2026	**SALDO ANTERIOR**				0,00
	PAGAMENTO GOVERNO RJ UG296100/2026OB007802 0000023042	689812	777.132,77		777.132,77
Total			**777.132,77**	**0,00**	**777.132,77**

Os dados acima têm como base 12/06/2026 às 11h42 e estão sujeitos a alterações.

Lançamentos Futuros

Não há lançamentos para este tipo de extrato. (SEC.WSE.0004)

Saldos Invest Fácil / Plus

Não há lançamentos/operações para o período selecionado. (SEC.WSI.0666)

Os dados acima têm como base 12/06/2026 às 11h42 e estão sujeitos a alterações.

PORTARIA Nº 482/2026

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando, a recomendação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para que sejam nomeados fiscais para todos os contratos celebrados pela Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, os servidores ANDRÉ GROETAERS DE SOUZA – mat. 13333 e EVANDRO ALVES PINHEIRO – mat. 3962, como fiscais do Contrato nº 02/2026, firmado com o Município de Barra do Piraí através do Fundo Municipal de Saúde e a Empresa FACILITA SERVIÇOS E SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS INDUSTRIAIS E AUTOMÓVEIS LTDA – 020321/001211/2025, cujo objeto, é a contratação emergencial, de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva, com fornecimento de peças, componentes e acessórios, destinados à recuperação da frota de veículos vinculados às áreas de Vigilância em Saúde, Atenção Primária e Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria Municipal de Saúde de Barra do Piraí.

Art. 2º - Os servidores ora designados ficam incumbidos obrigatoriamente de atender as instruções determinadas na Resolução da CGM nº 004 e 007/2018, da Controladoria Geral do Município, até o término do respectivo Contrato.

Art.3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BARRA DO PIRAI, 02 DE JULHO DE 2026.

CRISTIANO GAMA DE ALMEIDA
Prefeito em exercício

SEI 020321/001211/2025
SMG/EBAS

ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

ATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 067/2026

OBJETO: Contratação do show musical da Banda Pegada Xique, para apresentação no evento " Show nos Bairros", no dia 05 de julho de 2026, à partir das 21 horas, com apresentação de 1:45 minutos, no Bairro Novo México, município de Barra do Pirai-RJ.

EMPRESA: ANDERSON DOS SANTOS COSTA

CNPJ: 56.685.243/0001-65

PROCESSO N° BPD-020324-000174/2026

VALOR: A presente contratação importa no valor total de R$ 4.000,00 (quatro mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 74 Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.

Barra do Piraí

TADEU AUGUSTO SOUTO OLIVEIRA
Secretário Municipal de Turismo

RATIFICAÇÃO

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e levando-se em consideração os termos dos pareceres da Controladoria e Procuradoria Geral do Município, aprovo a realização da Inexigibilidade de Licitação.

Registre-se, cumpra-se e publique-se.

Barra do Piraí,

Cristiano Gama de Almeida
Prefeito Municipal em exercício

ATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 068/2026

OBJETO: Contratação do show musical de Juninho Kakure, no dia 05 de julho de 2026, nos horários de :19:00 hs por 120 minutos.

No evento cultural com a transmissão do Jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2026 na Praça Pedro Cunha (Largo da Feira), município de Barra do Piraí.

EMPRESA: MURILO DA SILVA MANSUR

CNPJ: 23 163 367/0001-21

PROCESSO N° 020324 000176/2026

VALOR: A presente contratação importa no valor total de R$ 3.000,00 (três mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 74 Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.

Barra do Piraí

Tadeu Augusto Souto Oliveira
Secretário Municipal de Turismo

RATIFICAÇÃO

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e levando-se em consideração os termos dos pareceres da Controladoria e Procuradoria Geral do Município, aprovo a realização da Inexigibilidade de Licitação.

Registre-se, cumpra-se e publique-se.

Barra do Piraí,

Cristiano Gama de Almeida
Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO	
INSTRUMENTO:	CONTRATO Nº 23/2026
PARTES:	Município de Barra do Piraí, através da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí e locadores Antônio Carlos Ferreira Baptista e Branca de Jesus Ferreira Baptista.
OBJETO:	Locação de imóvel situado à Travessa Assumpção, nº 45/49, Centro – Barra do Piraí/RJ .
VALOR:	R$90.000,00 (noventa mil reais)
VIGÊNCIA:	30 (trinta) meses
PROCESSO ADMINISTRATIVO:	020304/000023/2026
FUNDAMENTO:	Lei Federal nº 14.133/21
DATA DA ASSINATURA:	26/06/2026



FAZENDA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
Trav. Assumpção, 69, CEP 27.123.080, Centro, Barra do Piraí, RJ

RESOLUÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Nº 1, DE 30 DE JUNHO DE 2026.

Estabelece o Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes de Barra do Piraí.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 204 do Código Tributário Municipal (Lei nº 379/1977, com redação dada pela Lei Complementar nº 31/2025), resolve:

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ

TÍTULO I – DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

CAPÍTULO I – DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º. O Conselho de Contribuintes é órgão administrativo colegiado, previsto no artigo 91 da Lei Orgânica do Município de Barra do Piraí, integrado à estrutura da Secretaria Municipal de Fazenda, com autonomia administrativa e decisória.
Parágrafo único. O Conselho de Contribuintes rege-se pelo disposto neste Regimento Interno e pelas demais disposições legais e regulamentares.

Art. 2º. O Conselho de Contribuintes tem por finalidade julgar, em segunda e última instância administrativa, os recursos voluntários contra atos ou decisões sobre impugnação de lançamento, auto de infração, pedidos de imunidade ou isenção e demais atos fiscais proferidos pela autoridade administrativa de Primeira Instância.
§ 1º. Incumbe, ainda, ao Conselho de Contribuintes assessorar o(a) Secretário(a) Municipal de Fazenda, propondo normas, procedimentos e boas práticas de gestão, objetivando o aprimoramento do Sistema Tributário do Município.
§ 2º. Não compete ao Conselho de Contribuintes afastar a legislação tributária por inconstitucionalidade.

Art. 3º. O Conselho de Contribuintes observará os princípios da publicidade, da eficiência, da motivação, da celeridade e da razoável duração do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO II – DA ESTRUTURA ORGÂNICA

Art. 4º. O Conselho de Contribuintes compõe-se de:

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
Trav. Assumpção, 69, CEP 27.123.080, Centro, Barra do Piraí, RJ

I – Presidência e Vice-Presidência;
II – Colegiado paritário, com 6 (seis) Conselheiros, sendo 3 (três) representantes do Município e 3 (três) dos Contribuintes;
III – Representação Fiscal;
IV – Secretaria do Conselho.
§ 1º. Serão nomeados 2 (dois) suplentes para cada Conselheiro e para o Representante Fiscal, convocados sucessivamente em casos de impedimento ou falta.

Art. 5º. Os Conselheiros e o Representante Fiscal deverão ser portadores de diploma de título universitário, com notório conhecimento e reconhecida experiência em matéria tributária.
§ 1º. Os Conselheiros representantes dos Contribuintes, tanto os titulares quanto os suplentes, serão indicados por entidades representativas de classe.
§ 2º. Os Conselheiros representantes do Município e o(a) Representante Fiscal, tanto os titulares quanto os suplentes, bem como o(a) Secretário(a) do Conselho serão indicados pelo(a) Secretário(a) Municipal de Fazenda dentre servidores efetivos do Município, incluindo servidores efetivos cedidos ao Município.

Art. 6º. O Presidente e o Vice-Presidente serão sempre designados entre os Conselheiros representantes do Município, por indicação do(a) Secretário(a) de Fazenda e nomeação pelo(a) Prefeito(a).

Art. 7º. A nomeação dos membros indicados compete ao(à) Prefeito(a) Municipal, que será procedida da posse em até 30 (trinta) dias a contar da publicação do ato de nomeação.

Art. 8º. O mandato dos membros é de 2 (dois) anos, permitida a recondução.
Parágrafo único. Visando a continuidade do funcionamento do Conselho Municipal de Contribuintes, o processo de seleção de seus membros deverá ter início por ato do(a) Secretário(a) Municipal de Fazenda, com no mínimo 90 (noventa) dias antes da finalização do mandato.

Art. 9º. Perderá o mandato o membro que:
I – faltar a 2 (duas) sessões consecutivas ou 4 (quatro) intercaladas no mesmo exercício sem justificativa;
II – usar de meios ou praticar quaisquer atos de favorecimento, mediante recebimento de benefícios indevidos ou não, bem como proceder, no exercício de suas funções, com dolo ou fraude, ou deixar de cumprir as disposições legais e regimentais a ele cometidas, incluindo o respeito à razoável duração dos processos;
III – recusar, omitir ou retardar o exame e o julgamento do processo, sem justo motivo;
IV – contrariar normas regulamentares do Conselho.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
Trav. Assumpção, 69, CEP 27.123.080, Centro, Barra do Piraí, RJ

§ 1º. A justificativa referida no inciso I deve ser apresentada por escrito, direcionada à Presidência do Conselho e apresentada junto à Secretária, em até dois dias úteis após a realização da respectiva sessão.
§ 2º. O Presidente do Conselho ou o Representante da Fazenda determinará a apuração dos fatos referidos neste artigo, garantido o exercício do contraditório e ampla defesa pelo membro afastado.
§ 3º. A perda do mandato será precedida de processo administrativo que, uma vez instaurado, importará no imediato afastamento do membro e sua substituição pelo respectivo suplente até que seja concluída a apuração.

Art. 10. Em caso de perda de mandato ou de renúncia, caberá ao(à) Prefeito(a) preencher a vaga, na forma estabelecida neste regimento, oportunidade na qual o novo membro exercerá o mandato pelo tempo restante substituído.

Art. 11. Os Conselheiros serão indenizados, mensalmente, por jeton equivalente a 8 (oito) Unidades Fiscais do Município de Barra do Piraí (UFISBP), caso atuem em todas as sessões do mês.
§ 1º. O Conselheiro titular que não comparecer a todas as sessões do mês de referência e o Conselheiro suplente, que atuar nas faltas ou nos impedimentos do titular, ou dos primeiros suplentes, receberão indenização equivalente a 4 (quatro) UFISBP por sessão, limitada a 2 (duas) sessões mensais.
§ 2º. O Secretário do Conselho perceberá 50% (cinquenta por cento) da remuneração fixada para os Conselheiros.
§ 3º. O procedimento administrativo correspondente à indenização de todos os membros será processado perante a Secretaria Municipal de Planejamento.

CAPÍTULO III – DA COMPETÊNCIA

Art. 12. O Presidente é o representante do Conselho para todos os efeitos legais e regulamentares, com competência para:
I – dirigir os trabalhos do Conselho e presidir as sessões;
II – proferir, quando for o caso, além do seu voto como julgador, o voto de desempate;
III – estabelecer metas de julgamento;
IV – fixar dia e horário para realização das sessões;
V – convocar as sessões;
VI – despachar os pedidos que tratem de matéria estranha à competência do Conselho e os recursos não admitidos pela lei, determinando a devolução dos respectivos processos às repartições competentes;
VII – zelar pela distribuição aleatória e equitativa dos processos para julgamento em segunda instância administrativa;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
Trav. Assumpção, 69, CEP 27.123.080, Centro, Barra do Piraí, RJ

VIII – apreciar os pedidos dos Conselheiros relativos à justificação de ausência às sessões;
IX – apreciar os impedimentos invocados;
X – convocar os suplentes para substituir Conselheiros em suas ausências ou impedimentos previamente comunicados, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
XI – encaminhar ao Secretário Municipal de Fazenda as propostas de aprimoramento do Sistema Tributário do Município;
XII – oficiar ao Secretário Municipal de Fazenda, comunicando o termo final do mandato dos Conselheiros, com antecedência mínima de 100 (cem) dias;
XIII – delegar, caso haja necessidade operacional, as competências administrativas que lhe foram outorgadas neste regimento; e
XIV – prestar informações requeridas pelo Poder Judiciário, pelo Ministério Público e pela Polícia Civil a respeito de decisão de recurso interposto.

Art. 13. Ao Vice-Presidente do Conselho compete substituir o Presidente, na ausência deste, exercendo todas as funções inerentes à Presidência.

Art. 14. Ao Representante Fiscal compete a defesa dos interesses do Município, com as seguintes atribuições:
I – apresentar contrarrazões aos recursos interpostos;
II – realizar sustentação oral nas sessões de julgamento, quando for oportuno;
III – solicitar diligências para saneamento ou aperfeiçoamento da instrução do processo, quando necessário; e
IV – opor pedido de esclarecimento.

Art. 15. Aos Conselheiros competem:
I – exercer suas funções judicantes com total independência, formando livremente seu convencimento e motivando seu voto conforme os elementos de cada caso em análise, independente de integrar o corpo de representantes do Poder Executivo ou dos Contribuintes;
II – relatar os feitos que lhes forem distribuídos, sempre zelando pela rápida prestação jurisdicional;
III – comparecer às sessões, julgando os processos e as questões colocadas em pauta, vedada a abstenção;
IV – solicitar, sempre que julgar conveniente, no exercício de sua função de Conselheiro Relator, as providências, diligências e informações necessárias ao esclarecimento das questões que suscitarem dúvidas;
V – propor ao Conselho as diligências necessárias à instrução dos feitos, quando não solicitadas pelo Relator;
VI – observar peremptoriamente os prazos para restituição dos processos em seu poder;

VII – comunicar à Presidência do Conselho a ausência à sessão de julgamento com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da sessão; e
VIII – manter sigilo de qualquer informação, obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades, na forma do artigo 198 do Código Tributário Nacional.

Art. 16. Ao(à) Secretário(a) do Conselho compete a realização dos trabalhos de natureza administrativa necessários ao desempenho dos encargos que lhe são conferidos, com as seguintes atribuições:
I – a elaboração de relatórios gerenciais sobre o desempenho do Conselho de Contribuintes, propondo ao Presidente do Conselho as revisões necessárias;
II – a entrega, mediante recibo, de processos distribuídos para serem relatados pelos Conselheiros;
III – o fornecimento de informações ao setor financeiro competente diligenciando para a regular indenização dos membros por jeton;
IV – a publicação das pautas de julgamento;
V – a intimação do interessado ou de seu procurador nas oportunidades em que couber manifestação, e para ciência de toda decisão proferida pelo Conselho;
VI – o recebimento, registro, guarda, distribuição e expedição de papéis e processos;
VII – o fornecimento de informações sobre o andamento dos processos;
VIII – o encaminhamento às demais unidades da Secretaria Municipal de Fazenda, para providências cabíveis, dos autos dos recursos definitivamente julgados pelo Conselho;
IX – a distribuição aos membros do Conselho da legislação tributária do Município, assim como de suas atualizações;
X – o arquivo das cópias das decisões do Conselho;
XI – o fornecimento, a requerimento do interessado, de cópias autenticadas das decisões;
XII – a concessão de vista do processo ao contribuinte interessado ou a seu representante legalmente habilitado, mandatário ou preposto, munido do respectivo instrumento comprobatório de legitimidade ou interesse, nos termos da legislação vigente;
XIII – o zelo pela guarda e conservação dos equipamentos do Conselho Municipal de Contribuintes;
XIV – lavrar as atas das sessões de julgamento, assinando-as juntamente com o Presidente; e
XV – outras demandas, conferidas por ato do Presidente, dentre o rol de atribuições do Conselho Municipal de Contribuintes.

TÍTULO II – DOS DIREITOS E GARANTIAS DO CONTRIBUINTE

CAPÍTULO I – DAS NORMAS FUNDAMENTAIS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
Trav. Assumpção, 69, CEP 27.123.080, Centro, Barra do Piraí, RJ

Art. 17. São direitos e garantias fundamentais assegurados ao contribuinte no âmbito do processo administrativo tributário municipal, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 31/2025 e a Lei Complementar Federal nº 225/2026 (Código de Defesa do Contribuinte):
I – Presunção de boa-fé: A Administração Tributária deve presumir a boa-fé do contribuinte em todos os seus atos e procedimentos, sem prejuízo da realização de diligências e auditorias necessárias;
II – Comunicação Clara e Simples: Direito de receber comunicações e explicações claras, simples e facilmente compreensíveis sobre a legislação e os procedimentos necessários ao atendimento de suas obrigações;
III – Motivação Qualificada: Direito a decisões fundamentadas que indiquem expressamente os pressupostos de fato e de direito que as justifiquem, especialmente nos atos que neguem direitos ou imponham ônus, sanções e restrições;
IV – Economia Documental e Não Redundância: Direito de eximir-se de fornecer documentos ou informações aos quais a Administração Tributária já possua acesso ou que já lhe tenham sido entregues anteriormente no bojo do mesmo processo;
V – Acesso à Informação e Vista dos Autos: Direito de ter vista dos autos (físicos ou eletrônicos) e obter cópias de documentos, ressalvado o sigilo de dados de terceiros ou informações protegidas por lei;
VI – Identificação de Autoridades: Direito de identificar os representantes da Administração Tributária e suas respectivas funções durante os procedimentos de fiscalização ou julgamento;
VII – Ampla Defesa e Assistência Técnica: Garantia do contraditório e da ampla defesa, sendo facultado ao contribuinte fazer-se assistir por advogado em todas as fases do processo, inclusive em sustentações orais;
VIII – Duração Razoável e Celeridade: Direito de ter seus processos decididos em prazo razoável, observando-se os prazos regimentais e a prioridade na tramitação de feitos que envolvam contribuintes idosos ou com doenças graves;
IX – Proteção às Garantias: Direito de que qualquer garantia prestada por meio de fiança bancária ou seguro garantia somente seja liquidada após o trânsito em julgado de decisão administrativa ou judicial de mérito em seu desfavor.

Art. 18. É vedada a exigência de prévio pagamento de custas, depósito do tributo ou oferecimento de qualquer tipo de garantia para a interposição de recurso voluntário perante o Conselho de Contribuintes

Art. 19. O protocolo do recurso voluntário suspende a exigibilidade do crédito tributário, devendo tal condição ser registrada imediatamente nos sistemas de controle da Secretaria de Fazenda para evitar cobranças indevidas durante a tramitação administrativa.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
Trav. Assumpção, 69, CEP 27.123.080, Centro, Barra do Piraí, RJ

Art. 20. O Conselho de Contribuintes buscará, sempre que possível, a redução da litigiosidade e a resolução cooperativa de controvérsias, priorizando a autorregularização do sujeito passivo antes da imposição de medidas mais gravosas.

TÍTULO III – DO PROCEDIMENTO RECURSAL

CAPÍTULO I – DOS RECURSOS E PRAZOS

Art. 21. Cabe recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da ciência da decisão de Primeira Instância.
§ 1º. Não serão conhecidos os recursos interpostos fora dos prazos estabelecidos em lei, podendo qualquer autoridade julgadora denegar o seu seguimento.
§ 2º Não cabe qualquer recurso do despacho denegatório de seguimento de recursos interpostos intempestivamente, ressalvado um único pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da intimação da decisão, dirigido à mesma autoridade julgadora e que verse exclusivamente sobre ausência ou irregularidade da intimação ou contagem de prazo.

Art. 22. Os prazos processuais são contados em dias úteis, excluindo o dia do início e incluindo o do vencimento, salvo previsão expressa em sentido contrário.

Art. 23. Cabe pedido de esclarecimento contra decisão omissa, contraditória ou obscura, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de sua publicação.

Art. 24. Os recursos serão apresentados ao órgão que proferir a decisão contestada, por meio de petição escrita, onde se mencionará:
I – a autoridade julgadora a quem é dirigida;
II – o nome, qualificação do Recorrente e número do expediente no qual foi proferida a decisão recorrida;
III – a identificação da(s) notificação(ões) de lançamento, do(s) auto(s) de infração ou do(s) termo(s) de apreensão;
IV – a perfeita identificação do imóvel a que se refere o lançamento impugnado, se for o caso;
V – os motivos de fato e de direito em que se fundamentam os pontos de discordância e as razões e provas que possuir;
VI – as diligências que o Recorrente pretenda sejam efetuadas, na forma da lei;
VII – o objetivo visado, formulado de modo claro e preciso.
§ 1º. Os recursos deverão estar acompanhados de documento que comprove a legitimidade do signatário.

CAPÍTULO II – DA DESISTÊNCIA DO RECURSO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
Trav. Assumpção, 69, CEP 27.123.080, Centro, Barra do Piraí, RJ

Art. 25. Em qualquer fase o Recorrente poderá desistir do recurso em andamento no Conselho.
§ 1º. A desistência será manifestada por petição ou por termo no processo, ficando sujeita à homologação pelo Presidente do Conselho.
§ 2º. Importa renúncia ao poder de recorrer ao Conselho de Contribuintes ou a desistência de recurso acaso interposto:
I – o pagamento do débito contestado;
II – o pedido de parcelamento do débito contestado, em primeira ou segunda instância;
III – a propositura, pelo sujeito passivo, de qualquer ação ou medida judicial relativa aos fatos ou aos atos administrativos de exigência do crédito tributário.

CAPÍTULO III – DA TRAMITAÇÃO

Art. 26. Os recursos interpostos, tanto através de termo de juntada em meio físico, quanto por manifestação direta em autos eletrônicos, deverão ser direcionados ao Gabinete da Secretaria de Fazenda, para registro em livro próprio e manifestação da autoridade de Primeira Instância.
§ 1º. Enquanto perdurar a coexistência de acervos físico e eletrônico, os recursos interpostos em meio físico serão registrados no Gabinete da Secretaria de Fazenda e, após o juízo de admissibilidade, deverão ser obrigatoriamente digitalizados pela Secretaria do Conselho, para inserção em pasta específica no sistema de processo eletrônico.
§ 2º. A Secretaria do Conselho deve certificar no processo eletrônico a conformidade da cópia com o original físico, garantindo fé pública à instrução digital.
§ 3º. Os autos físicos originais permanecerão acautelados na Secretaria do Conselho para consulta, mas a instrução, o relatório e o voto dar-se-ão, preferencialmente, por meio eletrônico.

Art. 27. Interposto o recurso, o registro da suspensão de exigibilidade do tributo correspondente deve ser realizado pelo Gabinete da Fazenda imediatamente após a sua protocolização protocolo, para evitar cobranças administrativas e judiciais indevidas.

Art. 28. A autoridade de Primeira Instância terá 5 (cinco) dias, a contar da interposição do recurso, para exercer o juízo de admissibilidade e eventual retratação.
§ 1º. Sendo o recurso voluntário intempestivo, a autoridade recorrida negará seguimento.
§ 2º. Sendo tempestivo o recurso voluntário e preenchidos os demais requisitos regulamentares, a autoridade recorrida encaminhará os autos ao Conselho de Contribuintes, prestando as informações que entender necessárias.
§ 3º. O silêncio ou a ausência de manifestação tempestiva equivalerá à rejeição tácita da retratação, seguindo o feito imediatamente ao Conselho de Contribuintes.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
Trav. Assumpção, 69, CEP 27.123.080, Centro, Barra do Piraí, RJ

§ 4º. A ausência de manifestação formal quanto ao juízo de admissibilidade pela autoridade recorrida não impede o seu exercício posterior por qualquer autoridade julgadora do Conselho de Contribuintes.

Art. 29. Todos os membros do Conselho possuirão acesso ao sistema de processo eletrônico, para fins de recebimento e instrução dos processos pelos Conselheiros relatores, com o objetivo de garantir a celeridade e a lisura.

CAPÍTULO IV – DA DISTRIBUIÇÃO

Art. 30. Os processos serão distribuídos aos Conselheiros por sorteio equitativo em sessão ordinária.
§ 1º. Em casos de conexão ou continência, o Conselheiro sorteado para o primeiro recurso relatará os demais, com a devida compensação.
§ 2º. O Presidente do Conselho fica excluído da distribuição de processos.

Art. 31. Consideram-se conexos os recursos que se refiram aos autos de infração ou às notificações de lançamento referentes:
I – à mesma operação fiscal e ao mesmo sujeito passivo;
II – ao mesmo número de inscrição do imóvel no cadastro imobiliário fiscal;
III – a unidades condominiais integrantes do mesmo condomínio edilício;
IV – a outros critérios definidos pelo Presidente do Conselho.
Parágrafo único. Considera-se prevento o Conselheiro Relator para o qual já tenha sido distribuído Recurso em que se verifique alguma das hipóteses previstas neste artigo.

Art. 32. Estão impedidos de atuar os membros que:
I – sejam sócios, acionistas, interessados, membros da diretoria ou do conselho da sociedade ou empresa envolvida no processo;
II – tenham interesse econômico ou financeiro, por si, por seu cônjuge ou por parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau;
III – tenham atuado no exercício da fiscalização direta do tributo lançado ou como Representante Fiscal;
§ 1º. Para os efeitos deste artigo, considera-se existir interesse econômico ou financeiro, direto ou indireto, dentre outros:
I – nos casos em que o Conselheiro percebe ou percebeu remuneração do Recorrente ou de escritório de advocacia, consultoria ou de assessoria que lhe preste assistência jurídica e/ou contábil, em caráter eventual ou permanente, qualquer que seja a razão ou o título da percepção, no período que medeia o início da ação fiscal e a data da sessão em que for concluído o julgamento do recurso.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
Trav. Assumpção, 69, CEP 27.123.080, Centro, Barra do Piraí, RJ

II – nos casos em que o Conselheiro tenha vínculo como sócio ou empregado, com a sociedade de advogados, de contabilistas ou economistas, ou de empresa de assessoria fiscal ou tributária, a que esteja vinculado o mandatário constituído por quem figure como parte no processo.
§ 2º. O membro do Conselho poderá declarar-se impedido por motivo de foro íntimo.
§ 3º. Qualquer Conselheiro, o Representante Fiscal ou o sujeito passivo poderá arguir o impedimento, em petição dirigida à Presidência do Conselho, devidamente fundamentada e instruída, na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos, ou oralmente, durante a sessão respectiva, antes de iniciado o julgamento do processo.
§ 4º. Se o arguido não reconhecer o impedimento, o incidente será decidido preliminarmente, por deliberação dos demais membros do Conselho.
§ 5º. Sendo reconhecido o impedimento, o processo será incluído para julgamento em pauta de sessão de julgamento em que esteja presente o Conselheiro Relator do processo e Conselheiro suplente designado pelo Presidente do Conselho para substituir o Conselheiro impedido.
§ 6º. Quando for declarado impedimento de Conselheiro Relator, o processo respectivo será imediatamente redistribuído para outro Conselheiro Relator por sorteio.
§ 7º. Quando a declaração de impedimento for do Presidente do Conselho, este passará a presidência da sessão respectiva, quanto ao julgamento em questão, para o Vice-Presidente.

CAPÍTULO V – DO PROCEDIMENTO

Art. 33. Haverá a tramitação privilegiada de recursos em razão da antiguidade, da relevância pecuniária, da existência de indícios de crime contra a ordem tributária e, se o sujeito passivo for pessoa física, em razão da idade ou por doença grave, conforme previsão legal.
Parágrafo único. A preferência em razão da idade, comprovada por cópia simples de documento de identidade, ou por doença grave, comprovada em laudo da medicina especializada, depende de requerimento específico, formulado no recurso ou em petição apartada.

Art. 34. Compete à Secretaria do Conselho, após a distribuição, imediatamente, o encaminhamento dos autos à Representação Fiscal para a elaboração de contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Art. 35. Após a elaboração das contrarrazões pela Representação Fiscal, aos autos retornarão à Secretaria do Conselho para serem encaminhadas ao Conselheiro Relator.
Parágrafo único. Uma vez disponibilizados os autos, caberá à Secretaria a imediata intimação do Conselheiro, preferencialmente por meio eletrônico, para a retirada dos autos, no prazo improrrogável de até 5 (cinco) dias.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
Trav. Assumpção, 69, CEP 27.123.080, Centro, Barra do Piraí, RJ

Art. 36. O Relator restituirá o processo em até 30 (trinta) dias corridos com relatório e voto ou pedido de diligência.
§ 1º. Caso entenda necessário, o Relator poderá solicitar qualquer diligência para completar o estudo ou parecer da autoridade administrativa que realizou o levantamento fiscal.
§ 2º. Quando o processo for encaminhado a qualquer Unidade de Administração Municipal, para o cumprimento de diligência ou elaboração de estudo ou parecer, será concedido ao responsável pela unidade o prazo de 15 (quinze) dias corridos, com tratamento prioritário, para os devidos esclarecimentos, informações e devolução.
§ 3º. Será concedida prazo sucessivo de 5 (cinco) dias úteis para que a Representação Fiscal e o Recorrente tenham oportunidade de apresentar suas manifestações sobre as diligências, estudos e pareceres juntados por solicitação do Conselheiro Relator.
§ 4º. Presume-se instruído o processo que não comportar pedido de providências, diligências ou informações adicionais.
§ 5º. O Presidente do Conselho poderá determinar ao Conselheiro Relator a restituição dos autos de processos à Secretaria para redistribuição, quando não observado o prazo previsto no caput deste artigo, sem prejuízo das sanções regimentais cabíveis.

Art. 37. Elaborado o relatório e voto, o Conselheiro Relator remeterá os autos à Secretaria para a sua inclusão em pauta de julgamento, a ser defina pela Presidência.
§ 1º. O Conselheiro Relator disponibilizará o relatório em meio eletrônico para a Secretaria do Conselho, que o enviará eletronicamente para os demais Conselheiros.
§ 2º. O relatório e o voto deverão ser disponibilizados no sistema eletrônico com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da sessão, garantindo o acesso remoto aos demais Conselheiros.
§ 3º. A Secretaria também disponibilizará os autos para vista das partes interessadas, mediante requerimento, até a sessão de julgamento.

Art. 38. O Conselho realizará sessões ordinárias e extraordinárias.
§ 1º. As sessões ordinárias serão realizadas periodicamente em dia e hora a ser fixada pelo Presidente do Conselho, ainda que não haja processos para julgamento, hipótese em que as deliberações serão acerca de assuntos gerais de competência do Conselho.
§ 2º. As sessões extraordinárias serão realizadas em dia e hora fixados pelo Presidente do Conselho, conforme a necessidade.

Art. 39. As pautas de julgamento, elaborada pela Presidência do Conselho, indicará dia, hora e local da sessão, o nome do Conselheiro Relator, o número do processo e do recurso, o nome do Recorrente, e, caso possua, de qualquer um de seus advogados com o respectivo número de identificação profissional, e será publicada no Boletim Municipal, além de afixada em lugar visível e acessível ao público, nas dependências da Prefeitura Municipal com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência à realização da sessão.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
Trav. Assumpção, 69, CEP 27.123.080, Centro, Barra do Piraí, RJ

§ 1º. O recorrente deverá ser pessoalmente intimado da pauta de julgamento a que se refere o caput deste artigo, com antecedência mínima de 05 (cinco dias).
§ 2º. O Presidente da sessão poderá, de ofício ou por solicitação de Conselheiro, do Representante Fiscal ou do sujeito passivo, por motivo fundamentado e justificado, determinar o adiamento do julgamento ou a retirada do recurso de pauta.
§ 3º. Adiado o julgamento do recurso, o processo será incluído em pauta na sessão subsequente mais próxima.

TÍTULO IV – DAS SESSÕES E DELIBERAÇÕES

CAPÍTULO I – DO FUNCIONAMENTO

Art. 40. As sessões do Conselho serão públicas, salvo solicitação fundamentada em contrário de Conselheiro, do Representante Fiscal ou do sujeito passivo, conforme disposto no artigo 198 do Código Tributário Nacional.
Parágrafo único. O Presidente poderá advertir ou determinar que se retire do recinto quem, de qualquer modo, perturbar a ordem, bem como poderá advertir o Conselheiro orador ou cassar-lhe a palavra, quando usada de forma inconveniente.

Art. 41. O Conselho de Contribuintes deliberará com presença de maioria absoluta dos seus membros.

Art. 42. As decisões são tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto ordinário e o voto de qualidade.

Art. 43. As sessões são públicas e podem ocorrer por videoconferência, mediante requerimento fundamentado do recorrente ou por deliberação da Presidência.
Parágrafo único. Na videoconferência, é obrigatório o uso de câmera ligada, com fundo estático, e de vestimenta adequada.

CAPÍTULO II – DA ORDEM DOS TRABALHOS

Art. 44. A sessão de julgamento observará a seguinte sequência:
I – Verificação de quórum e da presença do Representante Fiscal;
II – Leitura do relatório;
III – Sustentação oral pelo contribuinte ou seu procurador, por no máximo 10 (dez) minutos;
IV – Pronunciamento da Representação Fiscal, igualmente por no máximo 10 (dez) minutos;
V – Debates entre os Conselheiros, facultada a manifestação complementar das partes por no máximo 5 (cinco) minutos ao final;
VI – Colheita nominal de votos, iniciando pelo Relator.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
Trav. Assumpção, 69, CEP 27.123.080, Centro, Barra do Piraí, RJ

§ 1º. Terão preferência na ordem dos trabalhos os processos cujo julgamento já se tenha inicia do em outra sessão.
§ 2º. Serão retirados de pauta e devolvidos à Secretaria os processos em que o Representante Fiscal não tenha se manifestado.

Art. 45. O julgamento de cada processo inicia-se com a exposição do relatório pelo Conselheiro Relator e segue-se das sustentações orais, apresentação do voto do Relator e debates e finaliza-se com a votação.
§ 1º. O não comparecimento da parte à sessão na data estipulada em pauta de julgamento publicada no Boletim Municipal implica renúncia à faculdade de sustentar oralmente suas razões.
§ 2º. Os debates terão duração máxima de 30 (trinta) minutos, cabendo ao Presidente da sessão zelar pela adequada distribuição do tempo aos Conselheiros inscritos para se manifestar.

Art. 46. As questões preliminares serão julgadas antes do mérito, deste não se conhecendo quando incompatível com a decisão daquelas.
§ 1º. Rejeitadas as preliminares, os Conselheiros vencidos votarão quanto ao mérito, mantida a ordem dos trabalhos, com a exposição do voto de mérito do Relator.
§ 2º. Não será admitida a abstenção na votação.

Art. 47. Qualquer Conselheiro poderá solicitar vista dos autos, uma única vez, ainda que iniciada a votação, pelo prazo máximo de 10 (dez) dias, ou, no caso de recurso ordinário, a realização de diligências que entender necessárias.
§ 1º. Na hipótese de mais de um Conselheiro solicitar vista, a todos serão fornecidas cópias dos autos ou dos documentos solicitados, cujo original será mantido na Secretaria, correndo o prazo previsto no caput deste artigo de forma comum para todos.
§ 2º. O pedido de vista será admitido somente na primeira sessão de julgamento, salvo para Conselheiro que dela não tenha participado.
§ 3º. Concedida vista dos autos, o processo será incluído na primeira pauta de sessão de julgamento disponível imediatamente posterior ao decurso do prazo previsto no caput deste artigo.

Art. 48. Encerrados os debates, serão tomados os votos dos Conselheiros, votando por último o Conselheiro que presidiu o julgamento.
§ 1º. No processo em que o Presidente da sessão é Conselheiro Relator, vota ele em primeiro lugar e, em seguida, os demais Conselheiros que participaram dos debates.
§ 2º. Sempre que a maioria assim entender, o julgado poderá ser redigido à parte.
§ 3º. O julgado redigido à parte deverá ser apresentado ao órgão julgador até a Sessão subsequente ao julgamento.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
Trav. Assumpção, 69, CEP 27.123.080, Centro, Barra do Piraí, RJ

§ 4º. Todo voto divergente ao do Conselheiro Relator deverá ser fundamentado e disponibilizado ao Presidente da sessão em arquivo digital.
§ 5º. Os Conselheiros vencidos nas votações poderão assinar o julgado com essa declaração, aduzindo os motivos da sua discordância.
§ 6º. Os votos em apartado serão disponibilizados pelo Conselheiro em arquivo digital para a Presidência da sessão em até 5 (cinco)dias da sessão de julgamento em que forem proferidos.
§ 7º. Qualquer Conselheiro poderá, antes que a votação seja finalizada pelo Presidente da sessão, modificar o voto já proferido.
§ 8º. Vencido o Conselheiro Relator, o autor do primeiro voto vencedor será o Relator para o Acórdão, dispondo do prazo de 5 (cinco) dias úteis da sessão de julgamento em que o tenha proferido, para redigir voto e a ementa do julgamento para conferência e assinatura dos demais Conselheiros.
§ 9º. A ementa do voto vencedor e o acórdão serão juntados aos autos e disponibilizados em arquivos digitais distintos por seu redator à Presidência do órgão na sessão de julgamento em que for assinado o voto vencedor.

Art. 49. O Presidente da sessão registrará de imediato, em formulário próprio, o escrutínio da votação do processo, que será rubricado por todos os Conselheiros e juntado aos autos.

Art. 50. De cada sessão será lavrada ata assinada pelo Presidente da sessão e rubricada por todos os Conselheiros, que será arquivada na Secretaria, destacando os números dos recursos submetidos a julgamento, os respectivos números dos processos, o nome dos interessados, dos Conselheiros presentes e do Representante Fiscal e, resumidamente, o resultado da votação dos processos julgados e outros fatos relevantes.
Parágrafo único. A Secretaria do Conselho providenciará a intimação do sujeito passivo e da Representação Fiscal das decisões, na forma da lei.

Art. 51. O extrato da decisão será publicado no Boletim Municipal.

Art. 52. Das decisões do Conselho que se afigurarem omissas, contraditórias, obscuras, ou quando contrariarem súmula do próprio Conselho, cabe oposição de pedido de esclarecimento, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da intimação da decisão recorrida.

Art. 53. Os pedidos de esclarecimentos serão apreciados pelo Conselheiro Relator do voto vencedor, que em 10 (dez) dias úteis irá apreciar e remeter os autos à Secretaria para a sua inclusão em pauta de julgamento pelo Conselho.

Art. 54. As decisões do Conselho Municipal de Contribuintes constituem última instância administrativa para recursos voluntários contra atos e decisões de caráter fiscal.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
Trav. Assumpção, 69, CEP 27.123.080, Centro, Barra do Piraí, RJ

TÍTULO III – DAS SÚMULAS E DAS DEMANDAS REPETITIVAS

Art. 55. O Conselho de Contribuintes poderá estabelecer entendimentos vinculantes para a Administração Tributária por meio de Súmulas e Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).

CAPÍTULO I – DAS SÚMULAS

Art. 56. As súmulas, com caráter vinculantes, serão propostas por qualquer Conselheiro à Presidência, e aprovadas em deliberação tomada por votos de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do Colegiado.
§ 1º. Poderá ser objeto de súmula:
I – a jurisprudência firmada pelo Conselho de Contribuintes;
II – matérias correlacionadas às teses de repercussão geral definidas pelo Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional ou aos temas repetitivos julgados pelo Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional;
§ 2º. As súmulas aprovadas e publicadas passarão a ter caráter vinculante para os demais órgãos da Administração Tributária.
§ 3º. A revisão, a alteração e o cancelamento da súmula vigente observarão o mesmo procedimento de origem.

CAPÍTULO II – DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

Art. 57. É cabível a instauração de IRDR quando houver efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito, com decisões divergentes proferidas em Primeira Instância, que importem em risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.
§ 1º. O pedido será dirigido à Presidência do Conselho pelo recorrente, pela Representação Fiscal ou pelo(a) Secretário(a) de Fazenda, instruído com documentos necessários à demonstração do preenchimento dos requisitos.
§ 2º. Seu julgamento seguirá o mesmo rito estabelecido para os recursos ordinários, com o destaque de que terá preferência sobre os demais feitos.
§ 3º. Admitido o incidente, haverá a comunicação à unidade de Primeira Instância com atribuição para manifestar-se sobre a matéria em debate.
§ 4º. Julgado o incidente, a tese jurídica será aplicada a todos os processos que versem sobre idêntica questão de direito, desde a Primeira Instância.
§ 5º. A tese fixada poderá ser revista, mediante o requerimento das mesmas partes competentes para a formulação do pedido de instauração.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
Trav. Assumpção, 69, CEP 27.123.080, Centro, Barra do Piraí, RJ

TÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 58. As dúvidas e casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Conselho em conjunto com o(a) Secretário(a) Municipal de Fazenda.

Art. 59. Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação por Resolução da Secretaria Municipal de Fazenda, revogando-se os Decretos nº 052/2018 e nº 104/2018.

ANEXO I – FORMULÁRIO PADRONIZADO
COMUNICAÇÃO DE SUSPENSÃO DE EXIGIBILIDADE
(Regimento Interno do CMC, artigo 24)

DE: Gabinete da Secretaria Municipal de Fazenda

PARA: Setor de Cobrança / Dívida Ativa e

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
Trav. Assumpção, 69, CEP 27.123.080, Centro, Barra do Piraí, RJ

( ) Departamento de Receita Imobiliária (DRI)
( ) Departamento de Receita Mobiliária (DRM)

ASSUNTO: Comunicação de Suspensão de Exigibilidade – Interposição de Recurso Voluntário

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO E DO CONTRIBUINTE:

Número do Processo Administrativo:
Nome/Razão Social do Recorrente:
CPF/CNPJ: _____
Inscrição (Imobiliária/Mobiliária):

Natureza do Tributo:
Valor do Débito: R$

2. DADOS DO PROTOCOLO:

Data da Protocolização do Recurso:

3. COMUNICAÇÃO TÉCNICA:

Fica formalmente comunicada a este setor a **interposição de Recurso Voluntário** perante o Conselho de Contribuintes na data acima mencionada. Assim, nos termos do **artigo 201, § 1º do Código Tributário Municipal (com redação dada pela LC nº 31/2025)** e do **artigo 24 do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes**, o referido protocolo **suspende imediatamente a exigibilidade do crédito tributário** objeto da impugnação. **Desta forma, os departamentos destinatários devem:**

a) Registrar a suspensão no sistema de controle tributário pertinente; e
b) Abster-se de emitir notificações de cobrança administrativa, aplicar sanções por inadimplemento ou encaminhar o débito para inscrição em Dívida Ativa e Execução Fiscal até a decisão final do colegiado.

4. OBSERVAÇÃO SOBRE ADMISSIBILIDADE:

Caso o recurso venha a ser **inadmitido** em juízo definitivo de admissibilidade por intempestividade ou ilegitimidade, este Gabinete emitirá nova comunicação para a **baixa imediata da suspensão** e prosseguimento da cobrança.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
Trav. Assumpção, 69, CEP 27.123.080, Centro, Barra do Piraí, RJ

Barra do Piraí/RJ, 03 de julho de 2026.

VIVIANY TARANTO:00747597790

Assinado de forma digital por VIVIANY TARANTO:00747597790
Dados: 2026.07.03 17:43:00 -03'00'

Gabinete da Secretaria Municipal de Fazenda